

**Lícia Frezza Pisa**

(Universidade Metodista  
de São Paulo, Curso de  
Comunicação Visual– Ins-  
tituto Federal do Sul de  
Minas)

## Resenha

### Como a censura desliza para atuar na *atualidade*

Obra Resenhada: COSTA, M. C.  
C. (Org.). **A censura em debate.**  
São Paulo: ECA-USP, 2014.

Submissão: 7/1/2015  
Decisão editorial: 18/4/2015

Este livro foi composto a partir de pesquisas desenvolvidas pelo Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom)<sup>1</sup>, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Maria Cristina Castilho Costa, que organiza a obra, e apresentadas em 2012 no Centro Cultural José Marques de Melo.

A intenção é mostrar como a censura ainda se faz presente em nossa sociedade e, com isso, promover um debate crítico, percebendo como a sociedade tem reagido, ou não, a essas manifestações. A obra é composta por trinta ensaios escritos por pesquisadores, professores, intelectuais, comunicadores e artistas e está dividida em nove capítulos, denominados mesas, abordando questões temáticas da democracia e liberdade de expressão, cinema, gênero e sexualidade, literatura, classificação etária, direito, arte, humor e algumas reflexões sobre a censura no cinema iraniano.

A censura, na modernidade ocidental, teve início entre os séculos XV e XX e partiu do controle das comunicações pelo Estado. Portanto, a questão que perpassa toda a leitura é: Como a censura adquiriu formas mais complexas e elaboradas na dinâmica social, não mais entendida como proibição estatal ou

---

<sup>1</sup> [www.obcom.nap.usp.br](http://www.obcom.nap.usp.br).

burocrática, mas disseminando novas formas de poder e domínio amparadas, muitas vezes, por questões denominadas “politicamente corretas” em sociedades democráticas?

No século XIX, o conceito de liberdade passa por uma transformação em razão da difusão da teoria marxista, que passa a colocar o conflito entre indivíduo e sociedade, liberdade individual e sociedade igualitária: “liberdade passa a estar atrelada aos conceitos de transformação do modo de produção capitalista e à revolução proletária” (COSTA, 2014, p. 33). Cabe lembrar que, no Ocidente, a “liberdade se tornou fundamentação da moralidade e da vida política, validando a existência individual, assim como a vida pública” (COSTA, 2014, p. 31), daí a compreensão dos processos de interdição, que se apresentam cada vez mais plurais, difusos, indiretos etc. Uma ideia colocada por Hobsbawm (2009) é que o desenvolvimento da democracia no Ocidente baseou-se no desenvolvimento dos meios de comunicação e na maior participação da população (COSTA, 2014, p. 29). Outro argumento é que uma parcela do desenvolvimento das comunicações faz parte da administração pública e o controle, conseqüentemente, deve ser feito de maneira sutil para o exercício do poder.

No texto de introdução, “A censura disfarçada”, Venício A. de Lima traz duas características mencionadas pela professora Marilena Chauí que devem constituir uma democracia: isonomia e isegoria. Isonomia é a igualdade dos cidadãos perante a lei, e isegoria é o direito de todos de expor suas opiniões e vê-las discutidas, ou seja, se, no parágrafo 2º do artigo 220 da Constituição de 1988 consta que “é vedada toda e qualquer forma de censura de natureza políti-

ca, ideológica e artística" (LIMA, 2014, p. 9), de onde parte a censura e de quem? Com isso, percebemos que várias são as facetas da censura e o autor percorre a história do País para mostrar que a interdição da palavra já existia desde o Padre Antônio Vieira e também na primeira metade do século XVII. Além disso, traz a expressão "cultura do silêncio", cunhada por Paulo Freire, para compreendermos que o processo de colonização, com estruturas de dominação e tolhimento, cercearam os modos de representação e comportamentos, trazendo com isso o mutismo, não só uma ausência de resposta em um diálogo, mas a falta de uma resposta com reflexão crítica.

Com a literatura, a censura aos impressos foi de 1808 a 1821, o que obrigou o jornal *Correio Brasiliense* a ser impresso na Inglaterra e chegar ao Brasil clandestinamente. Durante a ditadura, entre o golpe e a decretação do Ato Institucional nº 5, houve muita confusão pela ausência de critérios, pois não havia um sistema único, linear, de censura aos livros. Porém, os temas a serem censurados geralmente eram de sexo, moralidade pública e bons costumes. Em 1964, por exemplo, autores como Jorge Amado e Érico Veríssimo declararam publicamente que não enviariam seus textos originais aos censores no Brasil e preferiam publicar as obras no exterior.

Com relação ao cinema, a censura pode ser encontrada com frequência. A pornochanchada, considerada por muitos intelectuais um gênero menor e com ampla divulgação na década de 1970, foi perseguida pelos militares por meio dos órgãos sensores, pois identificavam um potencial para a corrupção dos valores morais e a destituição da família brasileira. O que se faz necessário notar é que, segundo Luiz

Paulo Gomes, a pornochanchada faz parte de uma "revolução sexual que vem desde a década de 1960 e resulta em filmes com uma temática sexual nas décadas de 1970 e 1980, mas que vão ser analisados em termos de censura sob o prisma de uma legislação que vem de 1946 e que só vai cair em 1988" (GOMES, 2014, p. 84).

Em Portugal, por exemplo, a censura ao cinema foi pesquisada entre 1968 a 1974, período conhecido como Marcelista (Marcello Caetano), e teve, como eixos de proibição, o amor representado pelo sexo, o erotismo e a violência. Porém, percebeu-se que não havia um critério uniforme que orientasse a seleção do que era censurado ou não, sendo a escolha feita por critérios pessoais de cada comissão julgadora, o que gerava contradições e estranhezas, pois "os realizadores portugueses escreviam um guião específico para ser submetido à censura: faziam a sua autocensura. No entanto, podiam sempre guardar pedaços do filme para si" (MORAIS, 2014, p. 66). Assim, a interdição acabou abalando a prática cinematográfica posterior, pois as proibições foram internalizadas e os produtores evitavam o diálogo e a defesa das obras.

Também se destaca um debate sobre a classificação etária ou indicativa para a programação audiovisual, que analisa os temas de violência e sexo, além do subtema drogas, questionando se isso seria censura ou não. O que é importante levar em conta neste caso é que "ao determinar programas considerados adequados para horários nobres, por exemplo, ele se alinha a complexas relações mercadológicas. Por extensão, tem o potencial de interferir até nas distribuições de verbas e salários" (GOMES, 2014, p. 129).

A internet também é um meio que aquece as discussões sobre o tema, e a obra coloca a necessidade de se discutir a democratização da própria tecnologia, e não apenas a democratização dos conteúdos. Dizer que a internet é democrática é ingenuidade, visto que é um meio que possui “donos de informações” e “negociantes de dados”. O portal IG, no Irã, por exemplo, foi bloqueado por conter fotos sensuais de celebridades; a população consegue, clandestinamente, programas para acessar estes conteúdos sem bloqueios. Seria esse tipo de censura o único a ser combatido?

Na internet, a censura também pode ser vista como motivação para relações de mercado, como mostra o exemplo da Amazon, que censurou o título *Vagina*, do livro de Naomi Wolf. Segundo Bárbara Heller, isso se trata de uma estratégia textual e de marketing, pois visa chamar atenção para algo politicamente incorreto e, com isso, transformar “um simples leitor em um possível comprador da obra em questão” (HELLER, 2014, p. 88). Seria a representação do sexo e tudo o que gira em torno da questão, como pornografia, palavras, gestos etc. uma regulação social de espaços de consumo, em que se define o que determinado público pode acessar ou não? Isso se dá porque as palavras não são neutras, e a manobra que se faz com elas pode esconder táticas de censura.

Nesse sentido, outra forma de controle pode ser compreendida no ambiente de trabalho, em que a palavra proibida do modelo taylorista começou a aparecer em 1970, na França, e em 1980, no Brasil e tinha o objetivo de melhorar a produtividade, a disciplina e assegurar a moral e a decência pública.

Atualmente, com o desenvolvimento tecnológico, as empresas têm criado regras restritivas ao uso de redes sociais ou mesmo normativas de como o funcionário deve aparecer e comportar-se nelas. Seriam essas práticas abusivas? Como se traduz o direito à liberdade de expressão? Se não é o Estado que controla mais, vemos as corporações assumindo parte do controle da vida e do comportamento das pessoas.

Assim, a censura está ligada à democracia e à maneira como os diversos assuntos são debatidos com a população. Porém, no período da ditadura, percebemos que havia *nuances* de censura em torno de vários temas, mas não existia um modelo do que poderia, ou não, ser dito, produzido. Não havia uma norma, um modelo, um padrão. Tudo ficava à mercê da comissão dos censores.

Hoje vivemos sob uma constituição democrática que proíbe a censura em todas as suas formas. Ocorre que a censura não é uma questão meramente jurídica. Ela continua presente em nossa sociedade e em cada um de nós, em pequenos e em grandes atitudes. (PINTO, 2014, p. 78).

Por isso, qualquer um que se sinta ridicularizado, ofendido, desprestigiado, clama pelo politicamente correto, e inicia-se um debate para saber se isso é censura ou não. Será que recorremos à censura por não termos maturidade democrática? O debate público é necessário, mas é preciso superar a cultura do silêncio, mesmo vivendo um momento em que o direito de resposta e os espaços para isso são cada vez mais abertos e acessíveis.



## Referências

COSTA, M. C. C. (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA-USP, 2014.

GOMES, Luiz Paulo. A censura à pornochanchada de autor: o caso de Pedro Carlos Rovai. In: COSTA, M. C. C. (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA-USP, 2014.

HELLER, Bárbara. Censura ou marketing: eis a questão. Análise de três reportagens da *Folha de S. Paulo*. In: COSTA, M. C. C. (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA-USP, 2014.

HOBSBAWM, E. **O novo século**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.  
LIMA, Venício A. de. A censura disfarçada. In: COSTA, M. C. C. (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA-USP, 2014.

MORAIS, Ana Bela. Apresentação do projeto de investigação: censura ao cinema em Portugal e Espanha (1968-1974). In: COSTA, M. C. C. (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA-USP, 2014.

PINTO, Leonor de Souza. Projeto Memoriacinebr – cinema brasileiro e censura: os anos da ditadura. In: COSTA, M. C. C. (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA-USP, 2014.

Lícia Frezza Pisa

É publicitária, mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista, docente no curso de Comunicação Visual do Instituto Federal do Sul de Minas, membro do grupo de pesquisa Narrativas Midiatizadas da Cultura. E-mail: [liciafrezza@hotmail.com](mailto:liciafrezza@hotmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5899604092043283>.